



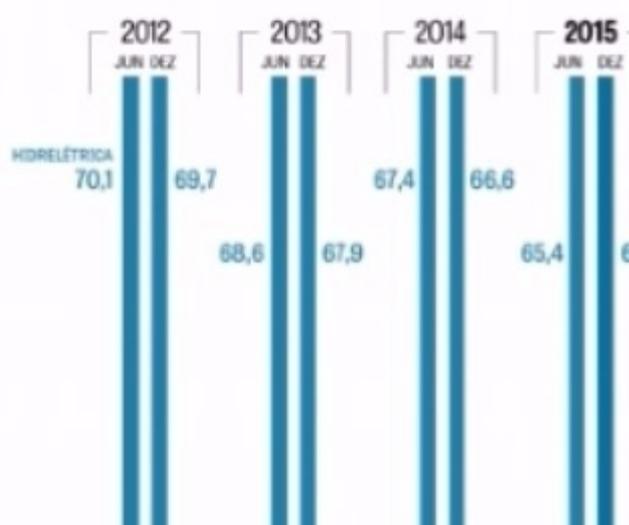
06/05/2016 - 05h00

Estudos apontam para geração de empregos com energia solar

luz no fim do túnel. A promoção de mudanças na matriz energética brasileira, com maior aposta em formas alternativas, é apresentada como modo para deixar a crise e criar vagas de trabalho

POTENCIAL BRASILEIRO

Composição da matriz energética nacional ▶ Em %



São Paulo - Dois trabalhos divulgados nesta semana mostram que o incentivo a energias alternativas fortalecerá o mercado de trabalho brasileiro. Segundo uma das análises, até quatro milhões de vagas seriam geradas, em 15 anos, com maior estímulo do poder público.

Essa estimativa se concretizaria caso o governo brasileiro promovesse medidas de apoio, como a liberação do FGTS para a compra de sistemas solares e a isenção do ICMS no setor. O cálculo faz parte do estudo "Alvorada - como o incentivo à energia solar fotovoltaica pode transformar o Brasil", do Greenpeace Brasil. A pesquisa levou em conta apenas os impactos do apoio à energia solar.

A promoção de alterações na matriz elétrica do País seria, ainda, uma condição importante para a retomada do crescimento econômico, aponta o trabalho "Financiamento à Energia Renovável: Entraves, Desafios e Oportunidades", do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

"Hoje não é possível pensar em avanço macro e microeconômico sem pensar que estamos em um plano de baixo carbono. É preciso remodelar a forma como o dinheiro está colocado e aumentar a participação da energia renovável", afirma Marina Grossi, presidente do CEBDS.

À frente da CPFL Renováveis e membro do CEBDS, André Dorf segue a mesma linha. O executivo destaca que "há atratividade e facilidade" para o desenvolvimento do setor no Brasil, principalmente por causa do clima favorável. "É um prato cheio para investidores", completa ele.

No ano passado, os aportes em energia renovável cresceram 27% no País, na comparação com 2014. Desta forma, mesmo com o cenário de crise, os investimentos chegaram a R\$ 24,868 bilhões em 2015.

E o setor não é uma opção apenas para grandes empresas, sendo acessível também para companhias de menor porte, aponta Dorf. "Para a energia solar, existe desde a microgeração, como telhados de casas e comércio, até as usinas. O investimento pode variar entre alguns milhares e milhões de reais."

A geração de empregos também é abordada no estudo do CEBDS. O trabalho menciona dados da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar): a cada megawatt de energia solar instalado, são mobilizados entre 25 e 30 empregos diretos. Como comparação, a construção de uma grande usina hidrelétrica, como a de Belo Monte, gerou menos que dois empregos por megawatt instalado.

'Sete a um'

A lista de desafios para que a energia alternativa triunfe no Brasil é extensa. Além das mudanças de tributação já mencionadas, o Greenpeace também defende a isenção, no Brasil, dos impostos de importação, do PIS/COFINS e do IPI que incidem sobre equipamentos necessários para a captação e o armazenamento da luz solar.

Caso todas as alterações fossem promovidas, a ONG estima que a potência instalada com energia solar chegaria a uma vez e meia a capacidade de geração da usina hidrelétrica de Belo Monte.

O trabalho do CEBDS, por outro lado, insiste na alteração das formas de financiamento no setor. "Nós temos uma fonte tradicional, o BNDES, mas precisamos de instrumentos alternativos para captar dinheiro de longo prazo, com custo adequado para esse tipo de investimento e que seja também atrativo para o credor", explica Dorf.

De acordo com o executivo, a promoção de formas de financiamento mais atraentes é um dos trunfos de países europeus, como a Alemanha. Essas nações conseguiram, nos últimos anos, um crescimento importante na participação de fontes alternativas.

"A nossa pior incidência solar é melhor que a melhor incidência alemã. Ainda assim, eles aproveitam mais essa fonte de energia do que nós", complementa Grossi.

A Alemanha também aparece no topo do ranking de países com maior capacidade instalada de energia eólica. Segundo a Gwec, o país figurava na terceira posição, em 2014, atrás apenas de China e Estados Unidos. Naquele ano, enquanto a produção dos alemães era de 39,165 megawatts, a capacidade brasileira estava em 5,939 megawatts.

Fundos e títulos

Outras formas de garantir a expansão do setor aparecem no trabalho do CEBDS. Uma delas seria o green bond, debênture emitida por governos, bancos ou empresas, que poderia financiar projetos em energia renovável.

Dorf sugere também a criação de fundos de investimento direcionados para o setor. "Seria algo parecido com os fundos imobiliários, que permitisse isenção fiscal para fomentar os investimentos".

Uma terceira saída seria a implementação de um fundo público de facilitação para hedge cambial. Segundo a CEBDS, o instrumento diminuiria os custos de cobertura do risco cambial em caso de financiamento em moeda estrangeira, diminuindo a pressão por recursos do BNDES.

O trabalho propõe, ainda, os YieldCos. O aparelho financeiro promoveria a segregação de projetos de energia renovável em empresas listadas distribuidoras de dividendos, o que liberaria companhias para investir em novos projetos.

Leilões

Após desfechos satisfatórios nos últimos anos, o leilão de energia realizado pelo governo na última sexta-feira teve o pior resultado desde 2009, com contratação de usinas que somam 278,5 megawatts de potência.

Após desfechos satisfatórios nos últimos anos, o leilão de energia realizado pelo governo na última sexta-feira teve o pior resultado desde 2009, com contratação de usinas que somam 278,5 megawatts de potência.

De acordo com Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, o motivo seria a queda da demanda por energia no País. "Hoje há excedente grande de oferta de energia", explica o especialista.

Já Bárbara Rubim, coordenadora da campanha de energias renováveis do Greenpeace, diz que a contratação foi menor por causa de mudanças regulatórias que se referem às linhas de transmissão.

Ao falar sobre os leilões, Dorf destaca a mesma questão. Segundo o executivo, faltam linhas de transmissão no País para que um avanço maior da energia eólica possa acontecer.

O certame de sexta-feira terminou com a contratação de pequenas centrais hidrelétricas, usinas a biomassa e biogás e uma térmica a gás natural. As ofertas de energia eólica não foram correspondidas.

Alternativas

Segundo Rubim, o avanço das energias alternativas - eólica, solar e biomassa - é "uma das grandes oportunidades que o Brasil tem para conseguir sair da crise econômica".

A especialista critica a aposta do governo em grandes hidrelétricas e em usinas nucleares. A primeira forma, diz a entrevistada, teve grandes impactos ambientais e "se provou muito mais cara que o esperado". A segunda alternativa traria "riscos desnecessários que o Brasil, com grande potencial para energias alternativas, não precisa enfrentar".

Renato Ghelfi